



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ETNOLOGIA GUARANI: DIÁLOGOS E CONTRIBUIÇÕES.

Ane Caroline Dos Santos¹
Átila Maria Do Nascimento Côrrea²
Nôemia Dos Santos Pereira Moura³

Através dos séculos nossa voz foi sufocada. Mas muitas vozes femininas ecoaram. Hoje o princípio da Terra, cujas sementes brotaram a partir das lágrimas de dor das mães, tias, avós e bisavós desse país se fazem presentes.

“Cunhã-Uasu Muacasáua- MULHERES FORTES E UNIDAS”.

A RESISTÊNCIA DO FEMINISMO INDÍGENA: A LUTA DAS MULHERES GUARANI KAIOWA

Resumo: Torna-se de grande importância para as delimitações das linhas de nossos conceitos de feminismo quanto movimento, a discussão das demandas, dizeres, que fluem a partir da maior visibilidade dos grupos étnicos quando geo-ambientados. A proposta é de que possamos elucidar o contexto indígena brasileiro, tendo o feminismo nas sociedades ameríndias. Desta forma, a partir da década de 90 os departamentos e organizações femininos na Amazônia brasileira começam, a reivindicar em âmbito nacional e internacional pauta de e por suas mulheres, tais como: os direitos de seu gênero, acarretando assim o fortalecimento da luta, das mesmas diante o seu povo. Contextualizando no hoje, discorreremos sobre as interfaces da relação da mulher indígena com o trabalho, poder e sua participação na comunidade indígena guarani kaiowá. Tendo a atribuição do valor de seus papéis, mas para um gênero do que para o outro, cabe a elas auxiliar na renda familiar, na criação dos filhos e na resistência da cultura de seu povo em um cenário regado com o alcoolismo e perda de identidade por parte dos homens, que se tornam mais risíveis onde as reservas foram constituídas próximas aos espaços urbanos, favorecendo assim a desigualdade.

Palavras-chaves: Mulher Indígena, Resistência, Movimento feminista indígena, Comunidade.

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E- mail: carol.santos43@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E- mail: atilizmaria@gmail.com

³Professora Adjunta III da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo principal abordar a insurgência étnica das mulheres indígenas, buscando refletir brevemente sobre o papel desempenhado da mesma dentro do espaço onde está inserida. Nesse caso, a reserva e suas demandas que venham a surgir dentro do convívio em comunidade, levantando os dados possíveis a respeito dos movimentos, primeiramente se dá um ponta pé no panorama, envolvendo os movimentos sociais na América Latina, uma vez que segundo Gohn(2003)'' O movimento social, enquanto um sujeito social coletivo não pode ser pensado fora de seu contexto histórico.

A teoria dos movimentos sociais da América Latina se viu fortemente influenciada pela Europa, e pela ideia de modernização acarretando uma dependência, que refletiu no sufrágio universal que se fixava na década de 20 e 30, diante esse cenário explode os movimentos feministas. Aguilar apud- Vargas-Hernández, os movimentos de massa nessa região da América Latina foram fundados durante os regimes populistas e da importância do movimento Alvarez, Dagnino e Escobar (1998), a sociedade civil passa a exercer um papel crucial nos estados autoritários desde sua emergência nos anos 70.

A partir dos anos 90 com a democracia representativa, os grupos organizados voltam suas reivindicações para os temas que venham a abarcar a cidadania, (Gohn, 2014,pg 51)''O Brasil também apresenta um quadro de associativismo da sociedade civil, bastante diferenciado na atualidade, quando comparado com o que predominou nas décadas de 80 e 90.'' No mesmo período as ONGs, fóruns e o aumento significativo em entorno dos movimentos sociais tais como, sem-terra(MST), movimentos das mulheres agricultoras(MMA), entre outros. Os movimentos indígenas surgem nos 90 e 2000, com pautas exclusivas que visam sua melhor articulação, e trabalho coletivo no alcance das reivindicações, com o objetivo maior de sanar sua invisibilidade, dando-lhes voz e condições necessárias para resistência dentro da selva de pedra que se chama espaço urbano.

Sacchi (2003) vem destacar que as mulheres indígenas passam a se articular em organizações e departamentos, para as demandas exigidas pelo grupo juntamente à sociedade, a mesma ainda relata que nesse período já se dá início a encontros de mulheres de diferentes

étnias, no âmbito nacional e internacional. Tendo como ponto de partida o segundo encontro de ¹Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: carol.santos43@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: atilizmaria@gmail.com

³Professora Adjunta III da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

mulheres indígenas da Amazônia brasileira, que ocorreu em Manaus em 2003, com a pauta de combate à violência, estupro e prostituição, e visando promover a revalorização da identidade étnica, a maior participação feminina na política, através do apoio dos homens, (diretores de organizações, líderes tradicionais e esposos), e, dos órgãos indigenistas e a busca de treinamento e capacitação para exercerem suas atividades e recursos financeiros para o custeio de seus projetos.

A conquista pelo lugar feminino

É indispensável invisibilizar essas mulheres pelo dita dominação natural do masculino sobre o feminino, por tais aspectos se ressalta a importância e emergência de tal discussão acerca do gênero dentro da comunidade e pela própria comunidade, dando assim autonomia a mesma e mecanismos sólidos para propor uma reflexão conjunta com todos os indivíduos. Toda sociedade ameríndia possui seu modo de ser e existir, sua forma de constituir relações sociais para o bem viver, dessa forma equitativa entre os sexos se faz de maneira natural, a partir da divisão das tarefas domésticas, e dentro da família (WESSENDORF, 2004). O impacto da colonização sobre as comunidades indígenas e principalmente sentidas pelas mulheres pelo simples fato de ocorrer exploração sexual, escravidão e extermínio, acarretando dessa forma o hibridismo entre as raças, são sentidos ao longo da história, por esses aspectos há exigência de movimentos que possam subsidiar as demandas, com o intuito de evidenciar as desigualdades enfrentadas por todos mas em especial pelo público feminino, que se vê escrava de uma condição estabelecida pelo patriarcado e esperado delas determina conduta e padrão de comportamento para existir de maneira desigual.

Essas chagas tão latentes, criou todo um cenário de revolta e resistência contra um sistema machista e opressor, dando-se início ao feminismo, mulheres que unidas buscavam condições iguais e favoráveis de trabalho, em um mercado competitivo altamente dominado pelo masculino e que a qualquer custo negava a essa mulher o seu espaço.

Cada vez mais as mulheres vem ocupando o espaço político, que historicamente sempre foi e tenta se manter masculino, mas como toda mudança por mais lenta que seja, vem ocorrendo e ocupar esse espaço é determinante para o protagonismo feminino. As comunidades indígenas tem levado em consideração os pontos de discussão a respeito do

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: carol.santos43@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: atilizmaria@gmail.com

³Professora Adjunta III da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

gênero, cujo mesmo é uma construção ocidental, mas que propicia base para estas mulheres conhecerem e tomarem posse de seus direitos e assim armar suas lutas cotidianas por igualdade e direitos. Nas palavras de HERNANDEZ (2008, p.17) existiria` uma preocupação política por construir um feminismo da diversidade que considere a pluralidade de contextos nos que as mulheres vivem as desigualdades de gênero e desenvolvem estratégias para sua transformação`.

Deste modo a organização das mulheres indígenas dão ênfase em demandas políticas com caráter cultural, que através das quais rouba o foco do discurso carregado com teor de poder a cerca da cidadania e a nação, permitindo ao feminismo indígena se desenvolver e fortalecer suas guerreiras, mantendo sua tradição e particularidades através de encontros, oficinas e atividades realizadas pelas associações de mulheres para se socializar e discutir as demandas e de forma que os resultados venham a ser satisfatórios e atendam as especificidades exigidas.

Protagonismo político

Os movimentos sociais indígenas tem sua efervescência nos 90, havendo um contraste entre velhos e novos movimentos, nota se a sensibilidade de destacar os aspectos culturais e identitários de seus indivíduos. O livro Etnografia e historias de resistência, mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas(2008), cujo vem relatar diversas situações envolvendo organizações femininas indígenas, contendo não somente as demandas por igualdade e direitos, mas questões ligadas a terra, seus território tradicional, autonomia e reconhecimento pelo fato de ser humanos de carne e osso iguais a toda a população de uma sociedade sem qualquer tipo de distinção ou discriminação. (HERNANDEZ, 2008),(HONNETH,2013).

A busca incansante por reconhecimento se faz árduamente pelo grupos, é a força motriz dos grupos, seu motor para luta, dessa forma negando o cansaço muitas vezes diante a batalha vencidas mas não a guerra. O reconhecimento quando demonstrado de forma falsa e ilegível, carrega com si estragos e deformações irreversíveis, de modo a transformar a vida eo entorno de um sujeito individual ou de modo coletivo, aonde o dano é maior é eficaz, com intuito de aniquilação pelo emocional doente do mesmo. (HONNETH,2013).

O enfrentamento diante a esse modelo irracional de destruição para com próximo, é pensado e repensado pelo movimentos indígenas, maneiras de diálogos para a resolução

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E- mail: carol.santos43@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E- mail: atilizmaria@gmail.com

³Professora Adjunta III da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

desse mal de maneira eficaz. A bravura é a aliada para combater o desânimo frente ao preconceito e a discriminação, negar direitos e espaços para o debate, é uma atitude desumana, pois todos vieram da terra e dela irão de voltar, portanto promover a acessibilidade a esses grupos distintos é um meio para a igualdade e garantia de direitos e de reconhecimento partilhados por indivíduos que comungam das mesmas especificidades e tradições culturais.

Análise se portanto quão urgente se faz o debate acerca da composição desse e de outros movimentos, promovendo de maneira justa a apresentação de sua realidade e seus anseios para a resolução das problemáticas.

Mulher Indígena na embalagem

Sintetiza-se que os movimentos sociais em seus vários seguimentos, são expressões de indivíduos que compartilham situações de discriminações e falta de direitos. Pauta mor de um movimento é a luta por reconhecimento e igualdade perante os indivíduos sociais, construídos historicamente para julgar e subjugar uma classe ou maioria para serem condicionados a inferioridade e irracionalidade. A força da luta se conquista gradualmente, com persistência e enfrentamento.

Mulheres sem rótulos ou embalagem engajadas na luta por espaço e lugar de direito dentro de uma sociedade, moldada para ser machista e rígida, colocar para escanteio essas mulheres por ser vistas como o sexo frágil se afirma uma violência moral terrível para com as mesmas, é mais cômodo restringi-las ao ambiente doméstico do que dar ouvidos e voz a estórias femininas. Mesmo com avanço no debate sobre o gênero adota-se ainda o termo louco para a mulher, pelo simples fato da mesma pensar em ocupar o espaço político ou pleitear um cargo maior dentro de uma empresa, locais dominados por excelência pelo homem, mas que a mulher passa a se dar conta que é capaz de exercer a mesma função igual ou tão melhor que o sexo oposto.

Características de um patriarcado tão vivo, quanto nas décadas passadas, nota-se a legitimação dessa ideologia aceita não somente pelos homens mas por vezes também por mulheres, que foram construídas socialmente para não questionar os padrões normativos impostos a elas, a naturalização da violência em suas múltiplas esferas. As relações tradicionais do gênero vêm se modificando ao longo do tempo, e com isso abrindo

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: carol.santos43@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: atilazmaria@gmail.com

³Professora Adjunta III da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

espaço para o debate a cerca das opressões e violências constantes que essas mulheres sofrem.

Considerações Finais

Levando em consideração os contextos apresentados nesse trabalho é possível observar que os movimentos de mulheres e mulheres indígenas foi invisibilizado mas com o fortalecimento da luta de ambos e a importância das demandas, eles se tornaram mais presentes, de forma que agora os mesmos adquiriram verba específica dentro dos planos de políticas públicas destinadas especificamente para as associações de mulheres com o objetivo de fomentar essa discussão. Propor políticas que de fato irá beneficiar esse coletivo de mulheres, não pode meramente se constituir como falácia mas sim ganhar corpo e solidez para que os movimentos possam sair da marginalidade para o reconhecimento concreto dos indivíduos e da sociedade como o todo.

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: carol.santos43@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E-mail: atilizmaria@gmail.com

³Professora Adjunta III da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pinto,A.A, Reinventando o feminismo :as mulheres indígenas e suas demandas de gênero.. In: FAZENDO GÊNERO 9: diásporas, diversidades e deslocamentos., 2010, Florianopolis. FAZENDO GÊNERO 9: diásporas, diversidades e deslocamentos.. Florianopolis: UFSC, 2010.

VERDUM,RICARDO. Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas. 1. ed. Brasília: Inesc, 2008. v. 1. 96p .

SACCHI,ANGELA. GRAMKOW, M. M. (Org.) . Gênero e Povos Indígenas. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ, 2012. v. 1. 272p.

SACCHI, ANGELA. Mulheres Indígenas e Participação Política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revista Antropológicas, v. 14, p. 105-120, 2003.

SACCHI,ANGELA. Violências e Mulheres Indígenas: justiça comunitária, eficácia das leis e agência feminina. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 10, p. 62-74, 2014.

GOHN,M.G.M, Novas Teorias sobre os movimentos sociais na América Latina. Estudos de Sociologia (Recife), v. 16, p. 321-248, 2011.

HONNETH,Axel, Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HERNANDEZ, R. (Edit) Etnografias e historias de resistencias. Mujeres indigenas, procesos organizativos y nuevas identidades politicas. México: Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM,Programa Universitário de Estudios de Gênero,2008.516p.

PINTO,A.A, A identidade étnica feminina no movimento indígena: um novo ator emergente da sociedade civil na era da informação. In: I Seminário Internacional Gênero Raça Classe e Identidade Social no Brasil e na França, 2009, Salvador. I Seminário Internacional Gênero Raça Classe e Identidade Social no Brasil e na França. Salvador: Escola Politécnica/UFBA, 2009.

WESSENDORF, K. Editorial (Asuntos Indigenas) n.1-2,2004

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E- mail: carol.santos43@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E- mail: atilazmaria@gmail.com

³Professora Adjunta III da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E- mail: carol.santos43@hotmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados- FCH/UFGD. Bolsista: Capes. E- mail: atilazmaria@gmail.com

³Professora Adjunta III da UFGD, licenciada e mestre em História com ênfase em História Indígena (UFMS), doutora em Ciências Sociais/Etnologia (UNICAMP). Coordenadora Institucional PIBID/UFGD. Pesquisadora na etnia Terena. E-mail: noemiamoura@ufgd.edu.br